

Trabalhadores informais e a formação de redes socioprodutivas (RSP): considerações teórico-empíricas¹

João Bosco Feitosa dos Santos²

Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel³

Leny Sato⁴

Resumo: O texto discute o conceito de redes socioprodutivas constituídas por trabalhadores informais para viabilizar sua atividade em feiras e logradouros públicos nas cidades. Tem como referência um conjunto de pesquisas empíricas realizadas com ambulantes em cidades do estado do Ceará. A metodologia envolveu pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas, observações e configuração gráfica das RSPs. Identificaram-se inúmeras modalidades de RSP, cujos componentes são invisíveis pelas estatísticas oficiais e sequer se consideram trabalhadores. O capital social é expresso como principal propulsor para a compreensão das RSPs.

Palavras-chave: rede socioprodutivas; economia informal; capital social; redes sociais.

1 Este texto é resultado de reflexões realizadas com base no projeto “Trabalhadores ambulantes e suas redes de sociabilidade e produção”, Edital Universal CNPq nº 14/2011, Fortaleza 2013.

2 Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Fortaleza – Brasil - bosco_feitosa@yahoo.com.br

3 Universidade de Fortaleza (UNIFOR) – Fortaleza – Brasil - reginaheloisamaciel@gmail.com

4 Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo – Brasil - lenysato@usp.br

Informal workers and the formation of socio-productive networks (SPN): theoretical and empirical considerations

Abstract: *This paper discusses the concept of Social Productive Network (SPN). It consists of informal workers to enable their activity at fairs and public spaces in cities. Its reference a set of empirical research conducted with street cities in the state of Ceará.. The methodology involves bibliographical and documentation research, interviews, observations and graphical configurations of SPN. A number of different SPN modalities were identified whose components are not shown in the oficial statistics, which do not even consider them as workers. Social Capital is expressed as the main propellant for the understanding of SPN.*

Keywords: *Social Productive Network; informal economy; Social Capital; Social Network.*

1. Introdução

A exclusão do trabalhador do mercado de trabalho formal, que, conforme definição da Organização Internacional do Trabalho – OIT –, compreende atividades ocupacionais regulamentadas e protegidas, leva muitas pessoas a recorrer a formas alternativas de sobrevivência fora dos padrões de regulação e proteção. Entre as várias estratégias utilizadas, atividades no âmbito da economia informal surgem como possibilidades concretas. Consoante a criatividade, as oportunidades de mercado e as circunstâncias objetivas e subjetivas em que são exercidas essas atividades, há uma vasta amplitude de ocupações que podem ocorrer na economia informal, o que torna desafiador homogeneizá-las num mesmo campo conceitual.

Desde o surgimento da expressão *setor informal* no Quênia, nos anos 1970 (ILO, 1972), as atividades não formalizadas, não regulamentadas e não protegidas com os mesmos benefícios legais conquistados pelos trabalhadores formais se multiplicaram, notadamente nos países onde o emprego formal é ou se tornou escasso.

Enquanto o impasse epistemológico sobre os conceitos de informalidade, atividades informais, setor informal e economia informal se alonga, tem-se como objetivo neste texto acrescentar ao debate a reflexão sobre um termo que combina informalidade, produção e redes de sociabilidades, aqui denominado *rede socioprodutiva* (RSP).

Nesta empreitada teórico-empírica tem-se como objetivo conceituar e definir o que é uma RSP, unidade de ideia surgida de várias pesquisas realizadas com

trabalhadores informais que utilizam áreas públicas como território para a prática de atividades de trabalho, seja desenvolvendo atividades ambulantes, seja vendendo ou prestando serviços em pontos fixos em feiras e logradouros públicos (Santos; Maciel; Ramos, 2012; Nascimento, 2013; Hyppolito, 2013).

Dado que o conceito discutido aqui surgiu como um conjunto estruturante de pesquisas empíricas, não se objetiva explorar os resultados dessas investigações em detalhes, mas sim utilizá-los como ilustrações do fenômeno sob discussão.

2. Método

Para definir o que se tenciona nomear RSP originada de experiências de campo, há de se compreender, empírica e teoricamente, a necessidade e as vantagens da propositura da expressão. Para tanto, tem-se respaldo metodológico na teoria fundamentada (*Grounded Theory*) proposta inicialmente por Glaser e Strauss (1967), que consta da utilização de métodos variados de coletas de dados; reunindo informações sobre o fenômeno e de forma indutiva, o pesquisador faz emergir teorias com origem na análise rigorosa dos dados do campo. Para tanto, a teoria fundamentada –TF– serviu de panorama epistemológico do termo “rede socioprodutiva”, uma vez que sua configuração foi urdida com suporte em dados empíricos. Desta forma, seguindo a TF, o artigo traz o modelo teórico-metodológico resultante de entrevistas, observações e métodos para os estudos de redes de várias pesquisas que delineiam a RSP como seu motivo condutor, com destaque para as realizadas por Santos et al. (2012), Santos (2013) e Hyppolito (2013).

O desenho e a análise de redes foram realizados com o auxílio de programas computacionais como o UCINET e NETDRAW (Borgatti; Everett; Freeman, 2002). Estas ferramentas elaboram sociogramas com a finalidade de facilitar a visualização das posições dos componentes de uma rede e da força da relação entre eles, além de algumas características individuais.

Ao se criar mais uma expressão para explicar algumas das especificidades da economia informal, impõe-se justificar com segurança o que caracteriza essa nova denominação, com argumentos que validem o esforço teórico, e não tentar nomear com outras palavras aquilo definido por outros autores. O exercício de fragmentar a noção da economia informal em várias denominações pode auxiliar a esclarecer uma atividade múltipla e complexa, ao mesmo tempo em que é possível contribuir para novas formas de conhecimento nos campos da economia, da sociologia e da psicologia do trabalho. Nessa perspectiva, para se compor a noção de RSP é necessário que se esclareçam conceitos e

vocábulos conhecidos nessas áreas e suas respectivas formulações e combinações ao longo do tempo.

De “setor” a “economia informal”

A expressão setor informal aflorou nos anos 1970 como antítese do que não é formal. Toda atividade ocupacional não enquadrada nos parâmetros da formalidade empregatícia, ou seja, na relação de compra e venda de trabalho por meio de contratos formalizados ou assinatura em carteira profissional, é compreendida como atividade do setor informal. Essa perspectiva dificulta, no entanto, a atribuição de informal a todas as formas de atividade sem contrato formal que, a cada dia, aparecem e se inovam no mercado de trabalho. Assim, tratar este fenômeno como “setor” informal, como proposto pela OIT (ILO, 1972), pode parecer reducionismo de uma prática espalhada pelo mundo como alternativa de sobrevivência.

Nos anos 1980/90 e em períodos seguintes à inauguração da terminologia de que se cuida, o Brasil continua a designar o então setor informal como sinônimo de trabalho não protegido, não regulamentado. Porém, devido ao cenário de reestruturação econômica que então se estabelece, a visão da informalidade como negativa começa a mudar para uma perspectiva menos pejorativa. Algumas configurações sobre atividades informais são, inclusive, incentivadas pela políticas públicas, ampliando a dicotomia setor formal × setor informal. De fato, a mudança de cenário é sugestiva de que as ocupações informais são parte não só de um setor, mas também de toda a “economia”, com a transformação da ordem econômica, social e política (IBGE, 2005; Krein; Proni, 2010).

De fato, quando se adiciona a noção de “informalidade” à compreensão do termo “economia” como ciência que estuda o comportamento humano feita relação entre fins e meios escassos que possuem usos alternativos, tem-se a possibilidade de ampliar o que se entende por “setor informal”. Assim, recorrendo a Krein e Proni, e com eles concordando, reproduz-se seus entendimentos a respeito:

Fenômenos tais como a contratação ilegal de trabalhadores sem registro em carteira, os contratos atípicos de trabalho, as falsas cooperativas de trabalho, o trabalho em domicílio, os autônomos sem inscrição na previdência social, a evasão fiscal das microempresas, o comércio ambulante e a economia subterrânea podem ser evocados como exemplos da diversidade de situações que podem caracterizar o que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) denomina “economia informal” [...]. Geralmente, envolvem trabalhadores cuja condição tende a ser mais precária em razão de estarem

em atividades em desacordo com as normas legais ou fora do alcance das instituições públicas de seguridade social (2010: 7).

Essas atividades práticas, multifacetadas, podem ser formalizadas ou não, independentemente de a qual setor econômico pertençam. De fato, encontram-se atividades formais e informais tanto no setor primário como no secundário e no terciário. Por esta razão, é preferível que não se divida a economia em setor formal e setor informal. O que há na realidade são duas economias distintas, em que a regulamentação e a proteção do trabalhador caracterizam os campos da formalidade e da informalidade.

Embora não seja objetivo deste estudo aprofundar a discussão sobre setor informal, é importante registrar a ideia de que a literatura sobre informalidade permanece sem consenso, e cada autor a interpreta conforme seu enfoque específico, o que tem tornado o debate mais instigante. Para citar alguns, Saboia (2004) apresenta quatro possibilidades diferenciadas de inclusão de trabalhadores ocupados descritos no censo do IBGE/2000 como pertencentes ao setor informal, o que prova a pluralidade de concepções do termo. Por este pretexto, a expressão “setor informal” pode reduzir a riqueza de uma realidade comum nos dias atuais, em que no Brasil o trabalho informal tem sempre um peso importante e, mesmo em tendente queda, ainda ocupa destaque nas estatísticas sobre mercado de trabalho (IPEA, 2014). representa quase metade da população ocupada. Assim sendo, percebe-se que melhor do que o recorte epistemológico em “setor” é mais apropriado compreender a informalidade como intrínseca à economia informal.

Noronha (2003, p 119) apresenta três classificações da informalidade⁵ que podem possuir visões negativa (velha informalidade), positiva (informalidade neoclássica) e neutra (nova informalidade) desse mesmo fenômeno. Filgueira et al. (2004) situam o conceito mediante concepção econômica (capitalista/não capitalista), jurídica (legal/ilegal) e a mistura das duas anteriores ou “nova informalidade” (atividades fordistas ou capitalistas registradas/atividades fordistas). De fato, no Brasil se percebe uma “nova informalidade” pela presença de novos trabalhadores informais nas velhas e novas atividades, articuladas ou não com os processos produtivos formais, ou nas atividades tradicionais da “velha

5 Aqui, “velha” referindo-se à abordagem típica do Brasil dos anos 1960/70; “neoclássica” quando a busca por lucro de empresa em países cuja força de trabalho possui custos indiretos altos e rígida legislação; “nova informalidade” como “resultado natural de mudanças no processo de trabalho, de novas concepções organizacionais e novos tipos de trabalho, sem tempo ou espaço fixos, gerados pela sociedade pós-fordista ou pós industrial” (Noronha, 2003: 119).

informalidade” (Filgueira; Druck; Amaral, 2004: 21). Sobre este debate, Lima e Soares (2002) questionam se a “nova informalidade” não seria sinônimo de flexibilidade dos novos tempos, tendo como marca principal o caráter definitivo e não mais transitório, como num passado recente. O debate, entretanto, ainda continua polêmico e difuso. Registram-se ainda diversas outras denominações atribuídas a atividades praticadas nesse campo: desemprego disfarçado, subemprego, atividade clandestina, ilícita, não estruturada etc.

Entre algumas denominações dessas práticas ocupacionais, Spink (2009) usa o vocábulo *nanoeconomia* para se referir ao processo espontâneo, ocorrente, por exemplo, no cotidiano de pessoas sem emprego, ou subempregadas, que sofrem com a falta de recursos. Para o autor, é característica da *nanoeconomia* criar possibilidades de geração de pequenos recursos financeiros, que supram necessidades imediatas. Negócios caseiros – em que se utiliza um cômodo da casa para vender pequenas quantidades e pouca variedade de frutas e outros gêneros alimentícios – constituem um exemplo de negócio dentro da *nanoeconomia*. O mesmo sucede com a atividade de vender roupas de segundo uso. São, com efeito, pequenos empreendimentos que não entram nas estatísticas econômicas e que, portanto, são invisíveis e ignorados pelos formuladores de políticas públicas.

Uma das atividades mais conhecidas como informal é a venda de produtos em logradouros e praças dos centros urbanos das cidades, realizada de modo itinerante ou fixa em barracas, denominados feiras municipais ou simplesmente feiras⁶ (Lima; Soares, 2002; Santos et al., 2012; Santos, 2013; Hyppolito, 2013; Sato, 2007). Independentemente do porte da natureza de cada uma dessas atividades, esse circuito inferior da economia, reportando-se a Santos (2004), se reproduz em espaços urbanos onde haja movimento populacional configurado como a principal clientela. Não obstante, o exercício dessa atividade nem sempre se dá de modo tranquilo, mas, utilizando os termos de Certeau (1994), em constante tensão entre as estratégias do poder público para diminuir o número de trabalhadores informais em espaços públicos – como tentativa de organização e higienização desses espaços – e as táticas utilizadas por esses trabalhadores, contrapondo-se às medidas governamentais sobre o exercício dessas ocupações.

6 No Nordeste do Brasil, cada município costuma ter sua feira em um dia da semana, onde são vendidas ou trocadas mercadorias de todos os tipos, servindo de espaço de encontro e movimentação da economia local. Tais feiras devem ser diferenciadas das feiras livres comuns, também em vários municípios do país, onde se comercializam frutas e verduras e alguns outros produtos alimentícios.

Conforme propõe Certeau (1994), os conceitos de *estratégia* e *tática* ajudam a compreender as práticas que elaboram o cotidiano: as estratégias se relacionam com o poder exercido em um lugar ou em uma instituição e as táticas se vinculam à “astúcia popular”.

Nessa perspectiva, uma das táticas utilizadas pelo trabalhador informal é estabelecer redes sociais que se constituem aquém desses espaços e nem sempre são visíveis e computadas como atividade informal. Portanto, para melhor compreender esses expedientes táticos, é necessário entrar na esfera cotidiana, conhecendo seus aspectos simbólicos, a história, seu senso comum e as identidades que a permeiam (Carrieri; Souza; Almeida, 2008).

As redes sociais

As redes constituem objeto de investigação dos mais diversos campos do conhecimento, sejam eles pertencentes às ciências humanas, da natureza ou exatas (Castells, 2000).

O debate sobre redes, de certo modo, surge a partir da noção de sociabilidade. A questão da sociabilidade foi tratada por vários autores, sendo o conceito originalmente criado por Simmel (1967) e posteriormente ressignificado por algumas correntes teóricas. Para o autor, na sociedade os indivíduos estão constantemente ligados uns aos outros, influenciando e sendo influenciados, formando e pertencendo a diferentes “circuitos sociais”. Quanto mais circuitos existirem, mais interação existirá e mais complexa será a relação (Simmel, 1967).

Paulino (2011) observa que o interesse pela metáfora *rede*, para explicar formas específicas de relações sociais, aparece no campo da antropologia, com origem em vários autores, interessados, cada um, em analisar aspectos diferenciados da vida social, com base em pontos de vista teóricos e metodológicos também diferenciados. Borgatti, Mhera, Brass e Labianca (2009) consideram a ideia de que os seres humanos pertencem a redes de relações e interações, das mais potentes surgidas nas ciências sociais nos últimos tempos. Blockland (2003) utilizou a categoria redes em estudos de trajetórias individuais entre sujeitos que denominou “experiência social”. Outros autores realizaram investigações envolvendo indivíduos e suas “comunidades individuais” (Blockland, 2003; Grosseti, 2005; Espinoza, 1999).

Redes sociais são sistemas complexos, compostos por agentes que estabelecem diversos tipos de relações. As redes sociais estão em evidência, principalmente em vista do avanço tecnológico, que permite a expansão dos grupos e das relações entre agentes em variados territórios geográficos e virtuais de todo o

globo. Há que se apontar que autores como Wellman (2001) defendem que na contemporaneidade os vínculos são mais predominantes de “lugar-a-lugar” que de “porta-a-porta”. Na constituição de RSPs, entretanto, concorda-se com autores que defendem a importância de redes de caráter geográfico (porta-a-porta), sobretudo em comunidades pobres (Espinoza, 1999; Briggs, 2001; Fontes; Eichner, 2004). De fato, “indivíduos em piores condições têm redes menores, mais locais e menos diversificadas” (Marques, 2007: 92).

Para Velázquez e Aguillar (2006: 2), rede social é “um grupo de indivíduos que, de forma agrupada ou individual, se relacionam uns com os outros, com um fim específico, caracterizando-se pela existência de fluxos de informação”.

Matos (2011: 173-174) conceitua redes sociais como o resultado de relações entre “grupos de pessoas ou instituições específicas, mais ou menos duráveis no tempo”.

Assim conceituadas, as redes sociais e as metodologias para sua análise povoam a literatura sobre o desenvolvimento social (Hatala, 2006). Nessa perspectiva, os elementos de uma rede podem ser definidos como na sequência:

- Pessoa-foco – responsável pelo início da formação da rede, geralmente é a maior articuladora dos nós.
- Nós ou atores – pessoas ou grupos de pessoas que se agrupam com um objetivo comum com origem na pessoa-foco.
- Vínculos ou relações – laços entre dois ou mais nós. Representam-se como linhas ligando dois ou mais nós.
- Fluxo – indica a direção do vínculo que se representa com uma seta, mostrando o sentido. Pode ser unidirecional ou bidirecional.

As redes sociais, na compreensão de France (2006), possuem duas vertentes: uma estrutural, que se atém ao estudo das estruturas, sem considerar o tipo e a forma das relações; e uma relacional, referente às condições sociais e políticas em sua formação e sua manutenção. Além da estrutura, a rede social é permeada de valores, de subjetividade e de formulação compartilhada.

Na perspectiva de Abramovay (1998), para entender as desigualdades regionais com vistas ao desenvolvimento social deve-se estudar a montagem das redes, convenções e instituições que permitem ações cooperativas incluídas do alcance de bens públicos, como educação, saúde, informação, e que enriquecem o tecido social de certa região. Portanto, para o conceito de redes sociais convergem diversas tradições teóricas que focalizam o desenvolvimento social e os conteúdos das relações entre pessoas na manutenção de suas necessidades. Um dos conceitos que mais se relacionam com o de rede sociais é o de capital social.

Capital social e redes sociais

Segundo Bourdieu (1980), capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados à pertença a uma rede de relações duráveis, mais ou menos institucionalizadas, de conhecimentos e reconhecimentos mútuos entre as pessoas (Bourdieu, 1980: 2). Enquanto Bourdieu o atribui ao indivíduo, mas também ressalta que o capital social pode ser possuído coletivamente, Coleman (1988) enfatiza as relações sociais que permitem a um conjunto de pessoas potencializar o uso de seus recursos humanos e econômicos.

Capital social também pode ter a versão ampliada, sendo definido como uma rede de relações interpessoais e/ou intergrupais de cooperação na qual seus integrantes, com origem em recursos provenientes de redes sociais, são regidos por determinadas regras, sistemas, crenças, valores, sentimentos (de reconhecimento, respeito, amizade) e confiança, e estabelecem instituições e relacionamentos cujo objetivo é a promoção do grupo com suporte em ação conjunta, interação, reconhecimento mútuo e aprendizagem de seus agentes (Silva, 2006; Lima; Conserva, 2006; Lima, 2001; Marteleto; Silva, 2004; Bourdieu, 1998; Sanabio, 2006; Degenne, 2004; Sebrae, 2004).

Assim, a rede social proporciona trocas subsidiadas pelo capital social do grupo ou rede, seja ela formalmente constituída ou não. Putnam (2002) expande o conceito, estendendo-o a sociedades inteiras e regiões geográficas, referindo-se, dessa forma, a relações potenciais, levando a conclusões nem sempre apoiadas por evidências empíricas (Portes, 2000). Ao sentido dado por Pierre Bourdieu ao conceito de capital social soma-se o de rede, proporcionando um entendimento das trocas que ocorrem no seu interior, ou seja, capital social é uma característica interior a uma rede social.

As redes sociais, portanto, constituem as teias de comunicação permeadas por significados em que os recursos do capital social e seu fator característico – a confiança – podem se expandir. “As redes sociais são a espinha dorsal da vida social e econômica” (Eagle, Macy, Claxton, 2010: 1029). O capital social, por sua vez, torna-se cada vez mais forte quanto maior é o seu uso. Assim, Coleman (1990) ensina que, na perspectiva das redes sociais, o capital físico e o humano conservam-se nos nós como propriedade atomizada, e o capital social mantém-se nos laços como propriedade da estrutura social.

Importante ressaltar que Granovetter (1983), em estudos sobre a influência dos laços ao acesso a empregos, identificou que os laços considerados fortes possuem uma rede mais fechada, com número limitado de membros, e que são menos efetivos na empreitada no acesso ao emprego, enquanto os laços fracos, cuja estruturas são mais abertas, mesmo que instáveis, tornam-se mais

eficazes para ações dessa natureza. Nessa perspectiva, a força de um laço resulta da combinação, possivelmente linear, da quantidade de tempo, da intensidade emocional, da confiança mútua e dos serviços recíprocos existentes no laço (Fazito; Soares, 2011).

Estudo interessante sobre redes sociais foi realizado com crianças de rua no Quênia (Ayuku et al., 2003). No referido ensaio, foi aplicada a análise de redes sociais de Maastricht, que consiste em dividir a rede em grupos familiares, de amigos e fornecedores de serviços. Esses setores podem ser ainda subdivididos em unidades menores, denominadas *clusters* (conglomerados), que variam de acordo com o objetivo e a população estudada. Estes grupos de fornecedores de serviços é exatamente o que se tenciona discutir com apoio nos achados empíricos em trabalhadores informais do centro de Fortaleza.

É importante ressaltar que não se trata de redes sociais amplas, mas sim de recortes de redes sociais ou redes pessoais. Existem vários tipos de redes, e sua estrutura, de certo modo, depende da forma como os dados são obtidos (Marques; Bichir, 2011).

No contexto da economia informal, há um tipo de rede de comercialização e distribuição da produção já bastante estudada nos campos da economia e da administração, quando se mapeiam os percursos da mercadoria desde o trabalhador informal que a comercializa em espaços públicos. Com base, no entanto, em estudos empíricos nas áreas da sociologia e da psicologia social, aqui considerados os de Santos (2013), Santos et al. (2012) e Hyppolito (2013), percebe-se a existência de um tipo de rede – socioprodutiva – que possui características de redes sociais na formação de uma rede de produção de bens ou prestação de serviços. Porém, o combustível que a alimenta, pelo menos inicialmente, é a relação de confiança, característica inerente ao capital social. Não obstante, a relação nessa rede é anterior à venda de mercadoria ou prestação de serviço e não é apenas social. De fato, ela se origina no “circuito social”, parafraseando Simmel (1972), de trabalhadores informais com pouca organização e, sobretudo, pouco capital financeiro. Com o acréscimo da ação produtiva, as RSPs se diferenciam das chamadas redes de apoio social.

Em suma, tenciona-se definir este tipo de ação em que se conjugam a prática social e o exercício produtivo em articulação única, e que tem como diferencial ser urdida em momento anterior à venda final do produto nos espaços públicos. Não se busca com a discussão da RSP (re)nomear um fenômeno em pleno curso, mas compreender uma especificidade de relação social e de produção inerente ao mundo da informalidade. Ao nomear este fenômeno busca-se facilitar o debate no campo socioantropológico contemporâneo. Importante lembrar que

alguns autores da sociologia econômica já se aproximaram do que se pretende conceituar: Granovetter (2003), apresenta a noção de “incrustação”, que defende que os comportamentos e instituições são condicionados pelas relações sociais independentemente do período histórico; Lima e Conserva (2006) investigaram as redes sociais criadas como estratégias de entrada e permanência de trabalhadores no mercado de trabalho; e Pinheiro Machado (2005) estudou ambulantes do Rio Grande do Sul e suas redes de relações que dão sentido ao trabalho.

Essa articulação que considera a relação de sociabilidade a uma prática produtiva não pode ser considerada *cluster*, tampouco arranjos produtivos ou grupos de produção; nem funciona como rede exclusivamente de produção e/ou comercialização, já que o vínculo social e de confiabilidade é *conditio sine qua non* para o desenvolvimento dessa relação produtiva.

Nessa perspectiva, as atividades e relações observadas em pesquisas sobre o trabalho informal nas feiras dos municípios de Fortaleza, Cascavel e Crato, no Ceará, apontam para a necessidade de compreensão desse fenômeno, não raro de ocorrer entre os trabalhadores e que necessita de aprofundamento.

As redes socioprodutivas (RSP)

Uma RSP se forma desde uma relação de confiança que uma pessoa-foco, neste caso o trabalhador informal, cria com outros sujeitos. A rede tem como objetivo desenvolver uma atividade que esses trabalhadores seriam incapazes de realizar sozinhos em circunstâncias específicas, como, por exemplo, aumento da demanda ou encomendas além da capacidade de produção existente no momento. Essa rede se forma, geralmente, com procedência no núcleo familiar, quando pessoas são arregimentadas para auxiliar na confecção ou distribuição do que é comercializado, ou na prestação de serviços em espaços públicos. Há, portanto, possibilidade de expansão da rede para vizinhos, parentes e amigos a partir da relação social e, notadamente, do nível de confiança.

Importa, antes de configurar esse termo, justificar que essa rede tem algumas especificidades que a diferenciam de outras iniciativas, definidas e estudadas entre os pesquisadores da economia informal. Desse modo, alguns conceitos do mercado de trabalho podem possuir aproximações com a realidade das RSPs, conforme se expõe a seguir.

Quanto aos agentes/nós da rede, comparando-se com as definições do IBGE, pode-se verificar a existência de algumas aproximações com trabalhador por conta própria, empregados, proprietário de empresas do setor informal e trabalhador não remunerado.

Consoante a literatura sobre mercado de trabalho, *trabalhador por conta própria* é a pessoa que trabalha explorando o próprio empreendimento, sem empregados, individualmente ou com sócio, com o auxílio ou não de trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar. Embora possa ser considerado trabalhador por conta própria, nem sempre o operador da RSP conta com o auxílio somente do componente da unidade familiar. O que importa são os laços de sociabilidade que ele utiliza para a formação da rede, que independe da relação familiar. Para utilizar a terminologia de Elias (1997), o trabalhador da RSP possui outras “teias de interdependências”.

Os trabalhadores arregimentados pela pessoa-foco da RSP tampouco podem ser considerados *empregados*, já que não há contrato nem demarcação e cobrança de jornada de trabalho, mas sim um acordo de confiança para a produção definida. Ademais, a pessoa-foco não pode ser considerada empregador, já que, na definição do IBGE, empregador é a pessoa que trabalha explorando o próprio empreendimento, com pelo menos um empregado, contando ou não com ajuda de trabalhador não remunerado, membro da unidade domiciliar. Ora, o trabalhador da RSP não tem empregados, mas pessoas às quais ele recorre para auxiliar na sua atividade.

O *proprietário de empresas do setor informal* é o trabalhador por conta própria ou empregador com no máximo cinco empregados, morador em área urbana, que desenvolve atividades não agrícolas, independentemente do número de não remunerados e sócios. Este é o conceito que mais se aproxima da pessoa-foco da RSP, embora ela não tenha uma empresa, como exhibe o conceito do IBGE (2013).

Enquanto isso, alguns trabalhadores que compõem os nós da RSP podem excepcionalmente ser considerados *trabalhadores não remunerados*, expressão definida como pessoa que trabalha sem remuneração, pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar, que é considerado trabalhador por conta própria ou empregador, ou, também, pode trabalhar para membro da unidade domiciliar que é empregado (IBGE, 2013). A maioria dos membros da rede são pessoas, no entanto, que se tornam agentes sem determinação mais específica.

Quanto à natureza do empreendimento, o da RSP se aproxima da concepção de *empresa do setor informal*, mas não é a mesma coisa. Este tipo de empreendimento é conceituado por atividade não agrícola, explorada por pessoa ocupada por conta própria ou empregadora, com até cinco empregados, com ou sem sócios e com ou sem trabalhadores não remunerados, cuja constituição jurídica não pertence ao grupo das sociedades anônimas, ou aquelas cuja declaração

anual do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica do ano anterior não foi preenchida no formulário *Lucro Real*. Na RSP, nada impede que haja atividade agrícola, e a forma de empreendimento não tem qualquer constituição jurídica referida no conceito de empresa do setor formal.

O grupo de atividade é outra tipologia de empreendimento que não representa o que se quer denominar RSP. Definido como um grupamento de atividades, o grupo de atividade é obtido mediante a identificação da finalidade ou ramo de negócio, firma ou empresa do empregador com, no máximo, cinco empregados, ou da natureza da atividade exercida para a pessoa que trabalha por conta própria. Os grupamentos de atividade são: indústria de transformação e extrativa; construção civil; comércio e reparação; serviço de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicações; atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas; educação, saúde e serviços sociais; outros serviços coletivos, sociais e pessoais, e outras atividades.

Grupos produtivos informais é a expressão aplicada a pequenos grupos de pessoas que produzem um ou mais produtos para ser comercializados nas feiras de economia solidária, organizadas pela rede de economia solidária. Embora pareçam com o que se denomina RSP, esses grupos funcionam homogeneamente na realização de uma mesma tarefa, auto-organizados, não funcionam como rede, mas podem participar de redes como grupos, como acontece no âmbito da economia solidária, em que vários grupos se articulam e cada um deles, na expressão e no esquema de redes, funciona como um nó da rede de economia solidária. Geralmente, esses grupos existem respaldados por uma política pública. Nesse aspecto, eles diferem da RSP, porque esta é formada pela iniciativa de uma pessoa, a pessoa-foco, nem todos os que compõem essa rede se relacionam e realizam a mesma tarefa, o que é comum nos grupos produtivos solidários. Na RSP todos possuem um vínculo com a pessoa-foco, e pode ocorrer também que outras redes transversais se formem com origem num dos componentes da rede original. Nesse caso, o agente/nó de uma rede passa a ser a pessoa-foco de outra.

Nos grupos produtivos percebe-se maior disciplinamento, bem como maior demarcação hierárquica. Mesmo com caráter solidário, eles funcionam mediante normas e regras mais definidas pelo grupo, ao passo que nas RSPs essas regras são estabelecidas pelo nível de confiança da pessoa-foco com os demais membros.

Outra forma de produção em rede são as *redes de cooperação produtiva* realizadas por micro e pequenas empresas, que se articulam em função da ameaça de concorrência de empresas maiores. Amato-Neto e Fucci-Amato (2009)

compreendem rede de cooperação produtiva como uma das possíveis maneiras de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) reduzirem os custos, aumentarem a eficiência, a qualidade de seus produtos e os canais de distribuição, além de reduzirem o tempo de resposta ao mercado, por via dos ganhos de escala e escopo que são proporcionados pelo equilíbrio entre a cooperação e a competição (Pyke; Sengenberger, 1992). Nesse caso, também esse tipo de rede não representa a situação que se intitula RSP, por se tratar de rede entre empresários de micro e pequenas instituições como produtores autônomos que se juntam para um fim eminentemente produtivo e não se perceber qualquer importância equivalente para a relação de sociabilidade entre eles. É um acordo que pode ter um componente social, mas não é o fator impulsionador da formação da rede. Ademais, pode-se pensar que uma RSP em estado mais sofisticado em termos do capitalismo pode se transformar em sistema de cooperação produtiva, sendo essa uma hipótese a ser verificada.

Um conceito que pode ser confundido com as RSPs é a noção de *arranjos produtivos locais – APLs*. Os APLs são compreendidos como uma *concentração geográfica* de empresas e outras instituições que se relacionam em um *setor* particular. Realmente, apesar de existirem diversas visões sobre o que sejam os APLs, é consensual uma característica comum a eles, isto é, os APLs representam aglomerações de empresas de um determinado setor ou cadeia que se organizam, mais precisamente, em função de um sistema produtivo (Santos et al., 2004).

As definições originais de APL contam com a presença de fornecedores especializados, universidades, associações de classe e instituições governamentais proativas no local, centros tecnológicos, centros de treinamento de mão de obra, ou instituições que façam coleta e difusão de informações, apoio técnico etc., ou ainda elevado grau de cooperação, confiança ou inovação no local.

Assim sendo, não se pode atribuir a uma RSP esse nível de sofisticação, assistência e capacitação dos produtores vinculados aos APLs. Como os grupos produtivos solidários, os APLs também costumam ter suporte em uma política pública de incentivo ao seu desenvolvimento, e os laços de sociabilidade nem sempre são evidentes, como se pode perceber em uma RSP.

De fato, a RSP tem no capital social a característica de mobilizar a confiança como combustível para funcionar. A peculiaridade da RSP está em que as pessoas componentes da rede não formam um grupo de produção no sentido enunciado pela economia solidária. Na RSP há sempre um sujeito/pessoa-foco que organiza a rede conforme suas necessidades de “contratar” o serviço de outrem (agentes/nós), mesmo que a remuneração para este “vínculo informal”

seja não fiduciária. Não há necessariamente uma divisão dos papéis e consequente distribuição dos “ganhos”.

Ante o exposto, observou-se em campo que as circunstâncias específicas para a formação de uma RSP se dão quando:

- ocorre demanda de produto ou serviço que o trabalhador informal não tem capacidade de atender sozinho;
- o trabalhador informal resolve expandir suas vendas ou serviços para outras áreas da cidade ou outros municípios, sem tencionar e ter condições objetivas para abrir uma empresa;
- o tipo de atividade requerida pelo trabalhador informal a agentes de sua relação social/familiar não exige alto nível de qualificação;
- o trabalhador possui uma capacidade de desenvolver capital social entre seu grupo social e, com base na confiança, articular uma rede de produção com sujeitos de sua relação social;
- essa pessoa-foco estimula a criação de nós, que favorecem a consecução de seus objetivos de expandir as vendas ou serviços;
- esses sujeitos arregimentados pela pessoa-foco não são visíveis nas estatísticas da economia informal, pois, geralmente, quem aparece é o produtor, aqui chamado de pessoa-foco/produtor informal, que vai à feira ou entra em contato com os canais de comercialização; e
- usa-se, algumas vezes, a tática de burlar a fiscalização da Prefeitura dividindo suas vendas com parentes e/ou amigos que, aos “olhos” da Prefeitura, funcionam como outros trabalhadores informais, mas de fato são vinculados à “pessoa-foco” da RSP. Nesses casos, os trabalhadores que vão às feiras não são invisíveis, comparados aos que auxiliam em outras etapas da produção em suas residências (Santos, 2013).

Nesse exemplo, percebe-se, portanto, um embrião de um microempreendimento em moldes capitalistas, sem que o cabeça assuma explicitamente o papel de empregador, mas o faça conforme a demanda de seus produtos e/ou serviços a ser vendidos/realizados. Apresenta-se com esse caso específico a hipótese de ser a RSP um embrião de muitas empresas que cresceram com suporte na iniciativa do uso do capital social na perspectiva de produção de bens e serviços.

São características específicas dessa forma de sublocação de mão de obra na RSP:

- a confiança é a moeda de troca mais importante. A amizade e, muitas vezes, a solidariedade e a intenção de ajudar um companheiro, independentemente de ser da família, podem ser consideradas imprescindíveis nessa relação;
- nem sempre o contratado é remunerado com dinheiro. Há casos de troca de favores, como, por exemplo: um vendedor de vestido de malha na época de aumento da demanda contrata um primo e sua esposa que moram no interior do Ceará. Estes se hospedam em um quarto no quintal de sua casa e, enquanto fazem outros bicos na cidade, a mulher dele faz faxina em outras casas. Eles auxiliam na confecção dos vestidos e o primo ajuda a levar as peças para a praça. Para tanto, a hospedagem não é cobrada e o pagamento é em peças (vestidos) que eles podem levar de volta ao interior e vender. Portes (2000) ressalta que as formas de trocas não monetárias podem ser pontos importantes de poder de influência, pois as consequências positivas da sociabilidade e o fato de que os benefícios não precisam ser necessariamente monetários tornam as relações mutuamente proveitosas. Nessa perspectiva, há de se observar que, mediante essa característica, podem ocorrer relações precarizantes e precarizadas entre os sujeitos;
- o contratado pode também arregimentar outros sujeitos para realizar tarefas não necessariamente vinculadas à função que lhe foi atribuída pela pessoa-foco, propiciando outras ramificações da RSP. Como exemplo pode ser citado o da mulher de um vendedor de roupa infantil que durante o aumento das demandas convida uma vizinha para ficar durante um expediente com os seus filhos, tendo como pagamento a costura gratuita de roupas para ela e a prole (Santos, 2013).

O uso permanente do capital social torna-se o impulsionador da produção, mediante confiança e amizade, essenciais para a formação da RSP. Conforme demarca Polanyi (2012: 45), referindo-se à relação de sociabilidade, o laço social é crucial, e em vez de a economia estar embutida nas relações sociais são as relações sociais que se embutem no sistema econômico.

Não obstante, no cenário do sistema capitalista, apresentam-se princípios como: acumulação de capital, competição entre agentes econômicos, busca pelo lucro máximo e uma racionalidade instrumental, baseada no cálculo entre meios e fins, além da necessidade de expansão de mercados para comercialização das mercadorias. É nesse cenário que a maioria dos trabalhadores informais atua, sobretudo os que exercem atividades nas zonas urbanas. Nessa perspectiva, a RSP não pode ignorar a existência dessa condição.

Ora, como sobrevive uma rede que persiste em manter os princípios do capital social no atual contexto do capitalismo? Isto é justamente o que fornece à RSP um caráter específico e diferente de outras formas de redes.

Conforme Elias (1999: 15), uma “rede só é compreensível em termos da maneira como eles [os indivíduos que dela participam] se ligam, de sua relação recíproca [...]”. Assim, tomando este enunciado para as RSPs, percebe-se que, além da relação de confiança e sociabilidade, tem igual importância na RSP a produção ou prestação de serviços. Mesmo sem se referir às RSPs como se apresentam neste ensaio, Elias ressalta o movimento de “tecer” e “destecer” das ligações de uma rede (1997: 35) que se harmonizam ao elevado grau de maleabilidade e de adaptação do ser humano. Percebe-se, portanto, no caso das RSPs, que nesse movimento, embora dependente das oscilações do mercado, quando o capital social é forte, a tendência é de permanência dos nós da rede, mesmo que se tenha de buscar outras estratégias de manutenção. Quando não há, no entanto, um nível de sociabilidade e de confiança suficiente, a rede pode ser interrompida ou reconfigurada, conforme a conjuntura do mercado e da relação socioproductiva.

Em suma, o que se tenciona enfatizar com a expressão RSP é que na prática da ocupação informal ela acontece mais do que se imagina, e nem sempre esses trabalhadores que ficam no *back stage* do vendedor ou prestador de serviços dessa “nanoeconomia” (Spink, 2009) são contabilizados. Alguns sequer se acham trabalhadores, por não considerarem a atividade que realizam para a pessoa-foco da rede uma atividade ocupacional, mas um passatempo enquanto não “arranjam coisa melhor”, como relatam alguns trabalhadores. As RSPs compreendem fluxos de relacionamentos interpessoais que permitem a vinculação entre as pessoas por relações de confiança e cooperação na busca pelo sucesso mútuo dos participantes intermediadas por uma atividade produtiva.

Redes socioproductivas em movimento

Para ilustrar o que se denomina RSP, apresentemos alguns casos. O primeiro é de um vendedor de confecção na Praça da Lagoinha, em Fortaleza. Francisco vende vestidos de malha, carregando-os nas mãos, e não tem barraca fixa na praça. Fica andando e, se para por muito tempo, o fiscal da Prefeitura vem pedir para continuar circulando.

Em visita à casa de Francisco, a equipe conheceu sua mulher Fátima, que confecciona os vestidos. A família tem dois filhos: uma menina de 6 meses e um garoto de 3 anos. Fátima conta que,

Na verdade, eu não faço sozinha. Se não fosse a Lídia para tomar conta dos meninos eu não conseguia... Lídia é a minha vizinha, faz muito tempo que a gente se conhece, e eu costuro as roupas dela e dos meninos e ela me ajuda levando os meus filhos para a casa dela quando tô aperreada.

A vizinha participa, portanto, dessa rede socioprodutiva e foi chamada a depor sobre o trabalho. Lídia faz faxina em duas casas “fixas” (sic) e nos outros dias fica em casa. Tem três filhos: uma menina de 10 anos e dois meninos, um de 4 e outro de 2 anos. Fala que economiza com os vestidos e roupas das crianças que a Fátima sempre costura para ela, às vezes com tecido que ela compra, às vezes com tecido que Fátima aproveita das sobras.

Para mim é uma economia porque não tenho de pagar costureira para fazer minhas roupas, e essa menina gosta muito de se vestir, e a Fátima agrada muito ela com vestidos das sobras das costuras (Lídia).

Francisco também fala de um primo que o ajuda nos períodos de maior venda (final de ano). Aristides vem com a esposa e se hospeda em um quarto nos fundos da casa. Como relata Francisco,

Eles acha é bom. Ele sai comigo para a rua e deixo ele vendendo na feira da José Avelino [centro de Fortaleza] ou da Messejana [bairro de Fortaleza], e eu fico pelo Centro. O que ele vende eu dou uma parte (10%), mas ele se hospeda de graça em casa e sua mulher ainda arranja umas faxinas com a Lídia que nessa época do ano sempre aparecem... aí ela também ganha um dinherim.

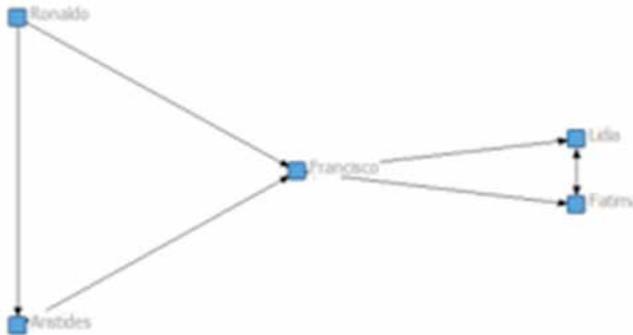
Francisco informa, ainda, que conta com um cunhado que às vezes vai deixar as roupas para ele na praça; ou, se Aristides precisa, ele vai ao seu encontro deixar mercadoria. Francisco paga o ônibus e o presenteia quando pode.

Quando eu tenho sorte de vender tudo logo de manhã eu ligo pro Ronaldo e ele vem deixar mais peças. Aqui fica difícil a gente trazer muita coisa e ficar andando pra lá e pra cá. Aí, quando vejo que vai faltar eu ligo para ele e ele vem deixar... às vezes ainda dá um rolê comigo vendendo no outro lado da praça e eu fico nesse.

Ronaldo tem 16 anos e estuda à tarde. Segundo Francisco, às vezes ele não quer vender, mas quando está precisando comprar alguma coisa ele fica andando com os vestidos para ganhar comissão. Geralmente, porém, Francisco só lhe paga o ônibus e, como ele disse, por vezes dá presentes a ele, como fez no mês passado – deu-lhe como presente um celular.

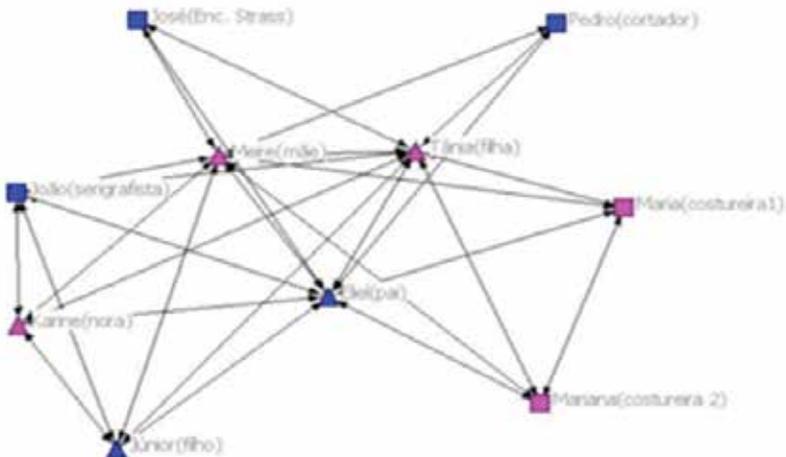
Assim, é possível descrever a RSP em que Francisco é a pessoa-foco do modo mostrado na Figura 1.

Figura 1: Desenho da rede obtido por meio dos programas UCINET e Netdraw.



Num segundo caso focalizou-se a RSP de uma pequena confecção de roupas (Hippolito, 2013). Foram entrevistados os proprietários e trabalhadores do negócio informal, que produz artigos e os comercializa em várias feiras de rua de cidades do estado do Ceará. A Figura 2 reproduz a rede encontrada:

Figura 2: Representação de uma RSP (Hippolito, 2013)



Na pesquisa, a escolha do nó inicial, senhor Eliel (pai), foi feita intencionalmente, quando em primeiro contato ficou claro seu papel de pessoa-foco. Além de dona Meire (mãe) e Tânia (filha), que ocupam um lugar estratégico na rede em estudo, os demais componentes foram convocados a falar de suas experiências e da cooperação de cada um no desempenho de funções importantes nessa rede: duas costureiras, um cortador, um encarregado de fixar *strass* (aviamento) e um dos serigrafistas que presta serviço para a rede. Atualmente a rede está centralizada em três agentes: pai, mãe e filha, considerados os nós principais, pois partem deles todos os vínculos com os demais integrantes da rede.

Para diferenciar os gêneros e os integrantes da rede que pertencem à mesma família, foram usadas cores e formatos distintos (figura 2). O azul representa os nós masculinos e a cor rosa, os nós femininos. Os triângulos indicam que são da família.

A fala a seguir, de dona Meire, mostra o início da formação da RSP:

Na época minhas crianças eram tudo pequenas, eu trabalhava fora, eu tinha muita preocupação de deixar eles em casa só. E pedi a Deus para me ajudar, abrir uma porta para poder cuidar dos meus filhos em casa. Eu trabalhava fora na indústria. Pedi as contas e vim pra casa. Aí comprei uma maquininha pequenininha doméstica e fui aprendendo, fui cortando, fui fazendo. Eu desmanchava uma peça e fazia, cortava e fazia e assim em diante, né? Aí aprendi. Aí quando eu aprendi fui fazer calcinha, aí fiz cueca, já fiz de tudo para sobreviver. Aí fiz roupa, tecido plano. Aí parti para a malharia, aí daí para cá Deus tem me abençoado.

Um terceiro caso ilustrativo de RSP foi encontrado na feira do município de Cascavel, no Ceará. A rede inicia-se com a senhora Maria, que faz e vende lanches na feira (tapioca, pamonha, cocada etc.). Ela fica em um lugar fixo e conta com ajuda de algumas pessoas. A mãe, Rita, faz a cocada e, segundo ela, não paga nada porque a mãe já mora com ela. Os bolos são de Sônia, a vizinha, que lhe fornece com a condição de ganhar 50% das vendas, contanto que ela não precise ir à feira para vender, mas possa mandar seu filho Franzé, que ajuda Maria pegando parte da mercadoria e circulando de bicicleta por entre os transeuntes para vender cocada, bolo e tapioca.

A barraca é montada pelo marido Carlos, que fica junto, “no caso de haver algum engraçadinho botando boneco [fazendo confusão]”, conforme ressaltou Carlos. Mas Carlos trabalha na construção civil e não considera aquele ritual de todos os sábados acompanhar a esposa e ficar com ela na feira como um trabalho, assim como Rita e Sonia não se consideram trabalhadoras. Somente Maria e Franzé dizem que “trabalham na feira” (Figura 3)

Figura 3: Desenho da rede obtido por meio dos programas UCINET e Netdraw.



Sintetizando a rede socioproductiva

A RSP é, portanto, formada de relações de confiança que uma pessoa-foco cria com outros sujeitos tendo em vista empreender uma atividade que sozinha seria incapaz de realizar em circunstâncias específicas. Nasce e se desenvolve com o uso do capital social, sem o qual ela pode ser extinta. A RSP requer relações de sociabilidade e produção como condicionantes do engajamento dos agentes junto à pessoa-foco, formadora da rede.

Os nós formados podem se ramificar em outras redes, podendo um participante de uma rede gerar outra rede em que ele é a pessoa-foco. É o caso do exemplo citado por Hyppolito (2013) em que um dos filhos que compunha a rede de confecção do pai, marcando as roupas com o trabalho de serigrafia, montou a própria rede, atendendo a outros trabalhadores que não tinham qualquer ligação com aquela formada pelo pai, à qual ele continuava pertencendo.

Nem sempre os serviços prestados ou as peças produzidas pelos “agentes-nós” são remunerados com dinheiro, podendo ser negociados favores e outras formas de pagamentos não fiduciários. A RSP pode se estender ou contrair conforme as demandas do mercado, mas estudos empíricos (Santos, 2013; Santos et al., 2012; Hyppolito, 2013) apontam para a dificuldade de desmonte da rede quando o nível de sociabilidade e confiança é alto. Nesse caso, percebe-se a força do que Blokland (2003) identifica como *comunidades individuais* que, transpondo o espaço geográfico, são representadas pelos vínculos individuais de sociabilidade e integração entre pessoas.

Quando a produção passa a ter maior importância do que a sociabilidade e a confiança no âmbito de uma RSP, é possível que o produtor/pessoa-foco dessa

rede inicie um processo de transformação, tornando a RSP um empreendimento mais próximo da empresa formal. Nesse processo, ele pode vir a utilizar a RSP como alibi para se manter como pequeno produtor informal, para não se comprometer com os custos da regularização de uma microempresa, preferindo se manter na condição de trabalhador informal. Essa estratégia, encontrada em um caso na pesquisa realizada por Santos et al. (2012), demonstra uma descaracterização do que se concebe como RSP e, ao contrário, se nota o rumo desse empreendimento vir a se configurar como empresa capitalista.

Considerando que na sociedade existem redes de agentes, individuais e coletivos, interdependentes e sobrepostas (Fazito; Soares, 2011), as RSPs são mecanismos considerados importantes para a economia informal no contexto social. Nem sempre, entretanto, a RSP é contabilizada como processo imprescindível para o nascimento e o desenvolvimento de microempreendimentos que, muitas vezes, dão origem a pequenas empresas formais e capitalistas.

Em suma, o intuito deste ensaio não é discutir a origem de micro e pequenas empresas, e sim descrever um movimento específico de trabalhadores informais que comercializam produtos em espaços públicos da cidade, notadamente em feiras e praças. Para essa rede se consolidar como rede socioprodutiva é necessário que o capital social seja mantenedor dos laços criados e, sobretudo, mobilizador de valores sociais como confiança, respeito, criatividade etc. Quanto mais fortes forem esses valores mobilizados, maiores condições os trabalhadores informais terão de desenvolver táticas de enfrentamento à perseguição da fiscalização, ao desemprego e à precariedade da vida. Ademais, mesmo que essas ações já tenham sido estudadas por alguns autores (Lima, 2001; Marques, 2001; Lima; Cockell, 2008), ainda não se esgotou a necessidade de se aprofundar na compreensão desse fenômeno e, sobretudo, incluí-lo nas preocupações das políticas públicas para a economia informal em tempos de flexibilização do trabalho, que acentua a desregulamentação e a precarização.

Referências

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: *IV Anais do Encontro Nacional de Economia Política* (pp. 1-18). Governo do Estado do Ceará, 1998, p. 1-18. Recuperado de: <http://www.sep.org.br/artigo/ivcongresso66.pdf>; em 9 abr. 2011.
- AMATO NETO, J.; FUCCI-AMATO, R. C. Capital social: contribuições e perspectivas teórico-metodológicas para a análise de redes de cooperação produtiva e aglomerações de empresas. *Revista Gestão Industrial*, 5(1), 2009, p. 18-42.

- AYUKU, D.; ODERO, W.; KAPLAN, C.; BRUYN, R. D.; VRIES, M. D. Social Network Analysis for Health and Social Interventions among Kenyan Scavenging Street Children. *Network*, 18(1), 2003, p. 109-118.
- BLOKLAND, T. *Urban Bonds*. London, Basil Blackwell, 2003.
- BORGATTI, S. P.; MEHRA, A.; BRASS, D. J.; LABIANCA, G. Network Analysis in the Social Sciences. *Science*, 323(2), 2009, p. 892-896.
- BORGATTI, S. P.; EVERETT, M.G; FREEMAN, L.C. *Ucinet for Windows: Software for Social Network Analysis*. Harvard (MA), Analytic Technologies, 2002.
- BOURDIEU, P. Le capital social. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31(1), 1980, p. 2-3.
- BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis, Vozes, 1998, p. 65-69.
- BRIGGS, X. Ties that Bind, Bridge and Constrain: Social Capital and Segregation in the American Metropolis. Artigo apresentado no seminário Segregation and the City, realizado no Lincoln Institute for Land Policy, em 2001.
- CARRIERI, A. D. P.; SOUZA, M. M. P. D; ALMEIDA, G. O. Feirante ou barraqueiro? Identidades e estratégias na Feira do Jubileu. *Revista Economia & Gestão*, 18(17), 2008, p. 70-87.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- COLEMAN, J. S. Social Capital in the Creation of Human Capital. *The American Journal of Sociology*, 94, Suppl., 1988, p. 95-120.
- COLEMAN, J. S. *The Foundations of Social Theory*. Cambridge (MA), Harvard University Press, 1990.
- DEGENNE, A. Resenha: NAN Lin. Social capital: A theory of social structure and action. *Tempo Social*, 16(2), 2004, p. 303-305.
- EAGLE, N.; MACY, M; CLAXTON, R. Network Diversity and Economic Development. *Science*, 328, p. 1029-1031.
- ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- ELIAS, N. *Introdução à sociologia*. Lisboa, Edições 70, 1999.
- ESPINOZA, V. Social Networks Among the Urban Poor: Inequality and Integration in a Latin American City. In: WELLMAN, B. (Ed.). *Networks in the Global Village: Life in Contemporary Communities*. Westview Press, 1999, p. 147-189.
- FAZITO, D.; SOARES, W. Capital social, análise de redes e os mecanismos intermediários do sistema migratório Brasil/EUA. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis, Insular, 2011.
- FILGUEIRAS, L. A. M.; DRUCK, G.; AMARAL, M. F. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 41, 2004, p. 211-229.

- FONTES, B.; EICHNER, K. A formação de capital social em uma comunidade de baixa renda. *Redes*, v. 7(2), 2004.
- FRANCE, M. D. Por uma geografia das redes. In: SANTOS, M. (Ed.). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo, EDUSP, 2006, p. 176-190.
- GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. New York, Aldine de Gruyter, 1967.
- GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da incrustação. In: *A nova sociologia econômica*. Oeiras, Celta Editora, 2003.
- GROSSETI, M. Where do Social Relations Come From. *Social Networks*, n. 27, 2005.
- HATALA, J.-P. Social Network Analysis in Human Resource Development: A New Methodology. *Human Resource Development Review*, 5(1), 2006, p. 45-71.
- HYPOLITO, K. B. O desenvolvimento de redes socioprodutivas em uma feira de roupas em Fortaleza-CE. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade de Fortaleza (UNIFOR), 2013.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Economia Informal Urbana-2003*. Rio de Janeiro, IBGE, 2005.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Economia informal urbana: notas técnicas*. 2013. Recuperado de <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/notatecnica.pdf>. Acesso em 17 dez. 2013.
- ILO – International Labour Organization. *Employment, Income and Equality: A Strategy for Increasing Employment in Kenya*. Genève, ILO, 1972.
- IPEA. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego*, - ano 20, - v.56, Brasília: Ipea: MTE, Fevereiro 2014.
- MERCADO de trabalho: conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego.- v.1, n.o, (mar.1996) - Brasília: Ipea: MTE, 1996
- KREIN, J. D.; PRONI, M. W. *Economia informal: aspectos conceituais e teóricos*. Brasília, OIT, 2010 (Série Trabalho Decente no Brasil, v. 1).
- LIMA, J. C.; SOARES, M. J. B. Trabalho flexível e o novo informal. *Caderno CRH*, Salvador, 37(3), 2002, p. 163-180.
- LIMA, Jacob Carlos. Teoria do capital social na análise de políticas públicas. *Política & Trabalho*, 17, setembro 2001.
- LIMA, Jacob C., CONSERVA, M. Redes sociais e mercado de trabalho: entre o formal e o informal. *Política & Trabalho*, Revista de Ciências Sociais, n. 24, abril 2006, p. 73-98.
- LIMA, Jacob Carlos; COCKELL, Fernanda Flávia. As novas institucionalidades do trabalho no setor público: os agentes comunitários de saúde *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo>.

- php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462008000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 29 junho 2013.
- MARQUES, E. *Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo*. Tese de livre docência, 2007. Disponível em <http://www.flch.usp.br/centrodametropole/upload/aaa/94-Redes%20sociais%20e%20pobreza.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2014.
- MARQUES, E.; BICHIR, R. Redes de apoio social no Rio de Janeiro e em São Paulo. *Novos Estudos – CEBRAP*, 90, 2011, p. 65-83.
- MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ciência da Informação*, 33(3), 2004, p. 41-49.
- MATOS, R. Territórios e redes: dimensões econômico-materiais e redes sociais especiais. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis, Insular, 2011.
- NASCIMENTO, V. S. *Estudo sobre inserção e permanência do trabalhador informal em um feira de confecção*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade de Fortaleza (UNIFOR), 2013.
- NORONHA, Eduardo G.. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 53, outubro 2003.
- PAULINO, G. L. Economia solidária como movimento cultural e político: redes de resistência e criatividade. In: *Anais da IX Reunião de Antropologia do Mercosul. GT Abordajes Antropologicas em torno a la Economia Social y Solidaria: Perspectivas de la Antropologia del Desarrollo*. Curitiba, 2011.
- PINHEIRO MACHADO, Rosana. La garantía soy yo. Redes locais e transnacionais de comércio popular – camelôs e sacoleiros (Brasil-Paraguai). Dissertação de Mestrado, Antropologia Social, UFRGS, 2005.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.
- PORTES, A. Capital social: Origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, 2000, p. 133-158.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro, FGV, 2002.
- PYKE, F.; SENGENBERGER, W. *Industrial Districts and Local Economic Regeneration*. Genève, International Institute for Labour Studies, 1992.
- SABOIA, J.; SABOIA, A. L. Caracterização do setor informal a partir dos dados do censo demográfico do Brasil de 2000. Disponível em <http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/saboia2.pdf>. Acesso em 20 mar. 2014.
- SANABIO, M. T. Redes organizacionais: paradigmas e capital social. In: *Anais do 26º Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP)*. Fortaleza, ABEPRO, 2006, p. 1-9.

- SANTOS, G. A. G.; DINIZ, E. J.; BARBOSA, E. K. Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, dezembro 2004, p. 151-179.
- SANTOS, J. B. F. *Trabalhadores ambulantes e suas redes de sociabilidades e produção*. Relatório de pesquisa. Edital Universal CNPq/nº 14/2011. Fortaleza, 2013.
- SANTOS, J. B.; MACIEL, R. H.; RAMOS, A. M. P. *Trabalhadores informais em equipamentos urbanos destinados ao lazer do município de Fortaleza*. Relatório de pesquisa, Edital MCT/CNPq/MEC/CAPES nº 02/2010. Fortaleza, 2012.
- SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo, EDUSP, 2004.
- SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. *Psicologia & Sociedade*, 19, ed. espec., 1, 2007, p. 95-102.
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Metodologia de desenvolvimento de arranjos produtivos locais*. Brasília, SEBRAE, 2004 (Projeto Promos/Sebrae/BID. Versão 2.0).
- SILVA, M. F. G. Cooperation, Social Capital and Economic Performance. *Brazilian Journal of Political Economy*, 26(3), 2006, p. 345-363.
- SIMMEL, G. El cruce de los círculos sociales. In: *Sociología 2. Estudios sobre las formas de socialización*. Madrid, Alianza Universidad, 1972.
- SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- SPINK, P. K. Microcadeias produtivas e a nanoeconomia: Repensando o trabalho decente. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 2009, p. 227-241.
- VELÁZQUEZ, A. O. A.; AGUILAR, G. N. *Manual introdutório à análise de redes sociais medidas de centralidade. Exemplos práticos com UCINET 6.109 e NETDRAW 2.28*. 2006, p. 41.
- WELLMAN, B. Lugar físico y lugar virtual: El surgimiento de las redes personalizadas. In: PORRAS, J. E.; ESPINOZA, V. (Org.). *Enfoques y aplicaciones del análisis de redes sociales (ARS)*. Santiago de Chile, Instituto de Estudios Avanzados (USACH)/Editorial Universidad Bolivariana, 2005, p. 69-116.

Recebido em: 01/06/2014

Aprovado em: 30/06/2014

Como citar este artigo:

- SANTOS, João Bosco Feitosa dos; MACIEL, Regina Heloisa Mattei de Oliveira; SATO, Leny. Trabalhadores informais e a formação de redes socioprodutivas (RSP): considerações teórico-empíricas. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 4, n. 2, jul-dez 2014, pp. 325-350.